



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Plenário		
Reunião: 77ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 13/9/23		
Local: Plenário Amyntas de Barros		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

PEQUENO EXPEDIENTE

ABERTURA
Horário: 14h51min

Sob a presidência do vereador Gabriel e sendo secretária a vereadora Marcela Trópia, havendo quórum, o presidente abriu a reunião.

Após a leitura, pelo vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, de um versículo das escrituras sagradas, o presidente pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”.

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 75ª Reunião Ordinária, realizada em 11/9/23.

ORDEM DO DIA

1) Denúncia nº 4/23 - “Apresentação da denúncia para verificação de descumprimento do Código de Ética Parlamentar em face do Vereador Gabriel”.
Autoria: Sara Rayanne Silva Azevedo.

A secretária procedeu à leitura da denúncia.

Após a leitura da denúncia, o presidente abriu mão do tempo que teria para manifestar-se como denunciado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PRIMEIRA PARTE

Horário de início: 15h16min

EM TURNO ÚNICO: VETO: 2) Projeto de Lei nº 2.085/16 - “Veto total à Proposição de Lei nº 107/23, que ‘Acrescenta o inciso III ao parágrafo único do art. 32 e a Subseção V à Seção VIII do Capítulo VI da Lei nº 9.725/09, que ‘Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Jorge Santos.

O vereador Wesley Moreira fez uso da palavra para apresentar questão de ordem. Solicitou esclarecimentos em relação ao art. 42 do Regimento Interno - RI. Segundo ele, esse dispositivo regimental determina que o vereador Gabriel não poderia presidir a sessão durante a leitura do processo que está sendo aberto contra ele. Para ele, esta reunião estaria “contaminada” e o RI “atropelado”.

O presidente, às 15h17min, suspendeu a reunião por 15 minutos para que a assessoria da Mesa elaborasse a resposta.

Às 15h18min, reabriu a reunião.

Em resposta ao questionamento do vereador Wesley Moreira, observou que, nos termos do art. 20 do RI, o vereador não poderá presidir as reuniões desta Casa quando se estiver apreciando projeto ou proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - Lombh - de sua autoria ou veto oposto a proposição de lei oriunda de projeto de sua autoria. Informou que o art. 98, I, do RI, considera proposição toda matéria sujeita à deliberação da Câmara e que, por outro lado, o art. 15 da Resolução nº 2.049/02, dispõe que a denúncia recebida será apresentada ao Plenário, pelo presidente da Câmara Municipal, no prazo de cinco dias, ouvido o denunciado. Afirmou que a leitura da Denúncia nº 4/23 não é seguida de ato



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

deliberativo que ocasione o impedimento do presidente da Câmara Municipal de conduzir os trabalhos. Destacou que tudo que faz respeita a democracia, a Lombh e o RI.

O vereador Wesley Moreira solicitou que a questão suscitada por ele fosse submetida ao Plenário.

O presidente observou que não caberia recurso, pois não foi tomada nenhuma decisão, ou seja, não houve deliberação.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares discutiu o projeto de lei em apreciação.

O presidente informou que o Diretor do Processo Legislativo, Lucas Leal, foi acusado pelo primeiro vice-presidente, vereador Professor Juliano Lopes, de manipular o RI, o que considerou ser uma acusação grave. Observou que o vereador Professor Juliano Lopes solicitou uma reunião com o diretor e toda a assessoria do processo legislativo. Disse que Lucas Leal solicitou à presidência que a reunião com o vereador Professor Juliano Lopes fosse feita com a presença de toda a Mesa Diretora. Convidou a imprensa e os parlamentares que desejarem a participar, bem como o presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo Municipal de Belo Horizonte - Sindslembh.

O vereador Professor Juliano Lopes fez uso da palavra para apresentar questão de ordem, referindo-se ao art. 90 do RI. Observou que havia questionado ao diretor se o vereador Gabriel poderia fazer parte da Mesa como presidente, já que estaria sendo acusado. Disse lembrar que o ex-vereador Wellington Magalhães, em situação semelhante à do vereador Gabriel, não fez parte da Mesa como presidente, quando julgado. Questionou o vício de origem da Resolução nº 2.049/02, que, segundo ele, já foi aplicada nesta Casa por duas vezes, mas não da forma como está sendo agora.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse que solicitou a reunião com Lucas Leal para demonstrar que, à época do ex-presidente Wellington Magalhães, como membro da Mesa, não fez parte do processo que o cassou e que também deseja que o mesmo ocorra no caso do vereador Gabriel. Afirmou respeitar a Diretoria do Processo Legislativo - Dirleg.

O presidente observou que os questionamentos suscitados pelo vereador Professor Juliano Lopes não se embasaram no art. 90, não cabendo resposta.

A vereadora Flávia Borja fez uso da palavra para apresentar questão de ordem, referindo-se ao art. 40, VII, do RI, que, segundo ela, prevê caber ao presidente dar andamento aos recursos interpostos contra atos que praticar, cabendo a decisão final do recurso ao Plenário. Afirmou que o presidente atropelou a questão de ordem suscitada pelo vereador Wesley Moreira.

O presidente disse que suspenderia a reunião por 15 minutos para aguardar manifestação da Dirleg em relação à questão de ordem apresentada pela vereadora Flávia Borja.

A vereadora Flávia Borja recorreu da suspensão.

O presidente abriu mão da suspensão e disse que aguardaria a elaboração da referida resposta.

O vereador Braulio Lara solicitou verificação de quórum.

Foi constatada, segundo o presidente, a presença de 17 parlamentares, número insuficiente para prosseguimento dos trabalhos.

TRANSFERÊNCIAS E ANÚNCIOS

Ficaram transferidas para a 78ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 14/9/23, os vetos aos projetos de lei nºs 2.085/16, 148/17 e 573/23 e seus requerimentos, os projetos de lei nºs 492 e 545/23 e 400/22 e seus respectivos requerimentos, os projetos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de resolução nºs 473, 474, 475, 476, 477 e 478/23 e seus respectivos requerimentos, os projetos de lei nºs 412/17, 790/19, 270, 352 e 441/22, 551/23, 427/22 e 479/23 e seus respectivos requerimentos, os projetos de lei nºs 408/22, 540, 600, 601, 519, 568 e 598/23, 139/21, 586/23 e 386/22 e seus respectivos requerimentos, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11/23, os projetos de lei nºs 527, 561, 580 e 616/23, 148/21, 532, 585, 510, 531, 603 e 625/23 e os requerimentos nºs 1.473, 1.494, 1.495 e 1.305 a 1.459/23.

ENCERRAMENTO
Horário: 15h38min
41 parlamentares presentes ao longo da reunião: Álvaro Damião, Braulio Lara, Bruno Miranda, Bruno Pedralva, César Gordin, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier, Dr. Célio Frois, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Flávia Borja, Gabriel, Gilson Guimarães, Helinho da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Jorge Santos, José Ferreira, Juninho Los Hermanos, Loíde Gonçalves, Maninho Félix, Marcela Trópia, Marcos Crispim, Marilda Portela, Miltinho CGE, Pedro Patrus, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Roberto da Farmácia, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Wagner Ferreira, Wanderley Porto, Wesley Moreira e Wilsinho da Tabu
Houve presenças remotas nesta reunião

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que, após aprovada, será assinada pela presidenta ou pelo presidente e pela secretária ou pelo secretário da reunião em que for comunicada sua aprovação.

Presidenta/Presidente:

Secretária/Secretário: